

(Dívida
Externa

23 JUN 1993

Perturbações no Clube de Paris

ESTADO DE SÃO PAULO

O Brasil está enfrentando novo problema na área internacional, justamente com um organismo com o qual tudo parecia correr perfeitamente: o Clube de Paris. As dificuldades não são de ordem operacional, uma vez que estamos respeitando os compromissos relativos aos desembolsos estabelecidos, mas envolvem, muito mais, o desrespeito a uma cláusula que em nada afeta as operações, sendo entretanto utilizado por alguns países para exercer pressões sobre o Brasil.

As normas do Clube de Paris estabelecem que uma nação somente poderá renegociar sua dívida com os países-membros se mantiver um acordo "stand by" com o FMI. Excepcionalmente, o Clube havia concordado em renegociar com o Brasil sem tal acordo, desde que o nosso governo se comprometesse a fechá-lo com o organismo internacional. O que foi feito. Não conseguimos, porém, respeitar nossos compromissos com o FMI, disso resultando a suspensão do acordo em meados de 1992, embora tivéssemos prometido ao Clube de Paris obtê-lo no

mais tardar até dezembro de 1992. Explicando nossas dificuldades em reativar o acordo "stand by" em função da mudança de governo, pedimos ao Clube de Paris um "waiver" (derrogação), em janeiro deste ano, o que parece ter sido concedido implicitamente, uma vez que o Brasil não foi declarado em "default".

Ocorre que, agora, o governo dos Estados Unidos deseja suspender o acordo do Clube de Paris, a pretexto de que o Plano Verdade seria insuficiente para resolver nossos problemas. Mas, ao que tudo indica, Washington, insatisfeito com algumas decisões brasileiras na área internacional e comercial, pretende, na verdade, pressionar nosso governo. A suspensão do acordo com o Clube de Paris nos obrigaria a aumentar os desembolsos com os países-membros, em prejuízo do nosso balanço de pagamentos.

Sabe-se, nos círculos financeiros, que o Brasil dificilmente poderá assinar hoje um acordo com o FMI, por causa da dramática situação das suas finanças públicas, que o ministro Fernando Henri-

que Cardoso procura sanear no quadro de uma política ortodoxa e de respeito às normas democráticas.

Já estamos enfrentando dificuldades para fechar o acordo com os bancos credores, que apreciariam ter o aval do FMI para garanti-los quanto à observância do contrato de consolidação da nossa dívida. Isso poderá ser superado, desde que o Brasil se comprometa a despendar um montante superior ao previsto das suas reservas internacionais para adquirir títulos a ser dados em garantia. O próprio FMI poderia encontrar uma solução para, sem fechar um acordo "stand by", permitir que o nosso país concluísse no quadro do Plano Brady o entendimento com os bancos credores.

A atitude de Washington não se justifica, pois estamos em dia com os credores oficiais e dependendo assim de recursos do FMI para honrar nossos compromissos com o Clube de Paris. Mas a sustação do acordo com este poderia afetar todo o programa de regularização com a comunidade financeira internacional.